



Entre Corpos, Saberes e Resistências: Narrativas de Professoras Negras de Matemática na Educação Básica

Between Bodies, Knowledge, and Resistance: Narratives of Black Women Mathematics Teachers in Elementary and Secondary Education

Elisabete Maria das Neves Lima Pereira¹

Edmar Reis Thiengo²

Resumo: Este projeto investiga as narrativas de professoras negras de Matemática na Educação Básica a partir da perspectiva interseccional e decolonial, com o objetivo de discutir como esses relatos contribuem para a ressignificação de seus corpos-territórios e práticas pedagógicas. Suas narrativas permitem compreender as interações com seus corpos-territórios, evidenciando desafios, singularidades e lutas diárias, além de integrar aspectos do corpo-negro, corpo-professora e corpo-mulher, por intermédio de suas memórias e experiências. Ancorada em aportes teóricos de autoras como Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins, bell hooks, Berenice Bento dentre outras. A pesquisa entende o corpo como território político e epistêmico, capaz de produzir saberes insurgentes diante da estrutura excludente da Educação Matemática tradicional. A metodologia narrativa (auto)biográfica, materializada em cartas escritas pelas colaboradoras, possibilita acessar as experiências vividas e construir um espaço simbólico com projeção real de resistência e (re)existência: o “*Forte de Todas Nós*”. Diante disso, busca-se responder: de que forma as narrativas das professoras negras e suas interações com seus corpos-territórios contribuem para ressignificar a Educação Matemática, ampliando seu olhar para a diversidade racial e cultural? Como produto educacional, será desenvolvido um e-book contendo essas narrativas e sugestões pedagógicas críticas, reafirmando o compromisso com uma Educação Matemática que valorize a diversidade e combata o silenciamento histórico de mulheres negras nos espaços escolares. A pesquisa contribui para o debate sobre justiça curricular, identidade docente e práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e de gênero.

Palavras-chave: Educação Matemática. Interseccionalidade. Decolonialidade. Narrativas. Professoras negras. Corpo-território.

1. O FORTE DE TODAS NÓS: Corpos que se reconhecem

Ser professora negra de Matemática na Educação Básica é atravessar fronteiras que não são apenas disciplinares, mas também raciais, de gênero e sociais. A Matemática, ensinada como ciência universal e neutra, foi construída no Brasil a partir de uma lógica

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Educimat/Ifes, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, atuando no curso de Licenciatura em Matemática e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Educimat/Ifes, Vitória, Espírito Santo, Brasil. Professor orientador.



eurocentrada que apagou sujeitos e experiências, naturalizando a ausência de mulheres negras em seu campo de produção e de ensino. Esse silenciamento não é casual, mas fruto de um processo histórico que atravessa tanto a formação dos currículos quanto as práticas pedagógicas que insistem em reproduzir a crença na neutralidade matemática.

Ao iniciar este percurso investigativo, reconheço que não falo de um lugar externo ou distante do problema. Sou uma mulher negra, filha de uma trajetória marcada pelas desigualdades raciais e de gênero, que encontrou na Matemática um campo de tensões, desafios e resistências. Minha presença nesse espaço não é apenas profissional, mas também política e existencial. Cada conquista acadêmica carrega, ao mesmo tempo, o peso das exclusões históricas e a potência da resistência herdada de tantas mulheres negras que me antecederam. Por isso, ao propor este estudo, não me coloco como observadora neutra, mas como parte implicada, atravessada e constituída pelas mesmas estruturas que procuro compreender.

Minha trajetória docente aponta o quanto o corpo negro, sobretudo o corpo de mulher negra, é constantemente questionado, vigiado e, muitas vezes, subestimado em espaços escolares e acadêmicos e, fora deles. Estar diante do ensino da Matemática exige mais do que domínio dos conteúdos: exige o enfrentamento diário do racismo estrutural e das microviolências que tentam deslegitimar o lugar de fala de professoras como eu, como nós. Essas experiências pessoais não se dissociam do percurso investigativo; ao contrário, dão sentido e direção à escolha metodológica de trabalhar com narrativas (auto)biográficas como fonte legítima de produção de conhecimento e de compreensão desses atravessamentos.

O Brasil construiu-se sustentado pelo mito da democracia racial e pelo projeto de embranquecimento (Munanga, 2014; Gonzalez, 2020; Bento, 2024). Ambos alimentaram a crença de que a miscigenação havia dissolvido desigualdades, ao mesmo tempo em que invisibilizaram o racismo e naturalizaram hierarquias sociais e culturais. Na escola, essa ideologia se manifesta em currículos que privilegiam saberes eurocentrados, negando a presença e a contribuição dos povos africanos e afro-



brasileiros, mesmo tendo garantido por Lei Nº 10639/03 que estabelece a inclusão desses temas, nas práticas curriculares da Educação Básica. No ensino de Matemática, a exclusão é ainda mais intensa: por ser apresentada como neutra e universal, a disciplina despolitiza as relações de poder que definem quais vozes e quais corpos são autorizados a ensinar e a produzir conhecimento.

Diante desse quadro, esta pesquisa tem como objetivo discutir como as narrativas das professoras negras de Matemática Espírito Santense contribuem para a ressignificação de seus corpos-territórios e práticas pedagógicas, ampliando o horizonte da Educação Matemática para a diversidade racial, cultural e de gênero. Busca-se responder à questão central: de que forma as narrativas das professoras e suas interações com seus corpos-territórios contribuem para ressignificar a Educação Matemática?

A relevância desta investigação é social e acadêmica. Social porque evidencia histórias e vozes silenciadas, contribuindo para o fortalecimento da representatividade negra em áreas hegemonicamente brancas e masculinas. Acadêmica porque amplia os debates da Educação Matemática, inserindo-os em perspectivas com viés críticas, interseccionais e decoloniais (Ribeiro, 2017; Akotirene, 2018; hooks, 1994; Collins, 1990). Assim, memória, identidade e prática docente se entrelaçam, constituindo-se como categorias que tensionam e reinventam o ensino de Matemática.

O percurso metodológico desta pesquisa, inspirado na metáfora do “*Forte de Todas Nós*”, assume que narrar é resistir. Cada carta escrita, ou seja, narrada pelas professoras colaboradoras, assim como a minha própria narrativa, constitui-se como tijolo desse forte, espaço de proteção e insurgência. Por meio das narrativas, é possível construir um campo investigativo que não apenas analisa, mas também denuncia e transforma, reconhecendo a Educação Matemática como território político, identitário e de justiça social.

2. A TORRE DOS SABERES COMPARTILHADOS - Caminhos de Leitura: Revisão Sistemática de Literatura



Construir uma pesquisa que valorize as narrativas de professoras negras de Matemática exige, antes de tudo, compreender quais caminhos já foram percorridos pela produção acadêmica brasileira sobre o tema. A metáfora da *Torre dos Saberes Compartilhados* traduz esse movimento: um espaço de observação, de diálogo e de escuta com os conhecimentos já sistematizados, onde se torna possível enxergar tanto os avanços quanto as ausências na literatura.

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) foi adotada como estratégia metodológica para mapear as produções acadêmicas que relacionam Educação Matemática, gênero, raça e identidade docente. Esse tipo de revisão, conforme orientam Staffs Keele (2007), organiza de forma criteriosa as pesquisas publicadas, estabelecendo filtros que permitem não apenas identificar recorrências, mas também lacunas.

O levantamento foi realizado por meio da ferramenta BUSCAD, que integra diferentes fontes de informação científica e permite buscas simultâneas em múltiplas bases. Foram acionadas bases nacionais e institucionais, tais como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Biblioteca CAPES, o SciELO e o Google Acadêmico. A busca foi atemporal reconhecendo que as questões envolvendo raça, gênero e Educação Matemática atravessam décadas e ainda refletem a marginalização imposta por uma perspectiva eurocentrada, porém a busca, após os filtros, ficou sustentada no período de 2013 a 2024.

As combinações de descritores utilizadas na busca incluíram: *professoras negras, docência em Matemática, interseccionalidade, identidade docente, narrativas e educação básica*. Na primeira etapa, foram localizados 256 trabalhos. Após leitura dos resumos e aplicação dos critérios de inclusão – pertinência ao tema, relação direta com raça e gênero e interface com a Educação Matemática - restaram 21 trabalhos para análise aprofundada.

Os resultados da RSL evidenciam que, embora existam pesquisas relevantes sobre narrativas docentes e interseccionalidade, a produção acadêmica que articula de



maneira direta professoras negras e Educação Matemática ainda é escassa. Em muitos estudos, a categoria raça aparece de forma secundária, diluída em análises sobre gênero ou desigualdades sociais mais amplas. Poucos trabalhos consideram explicitamente o corpo negro da professora como território de disputa, resistência e produção de saberes.

Ao mesmo tempo, a RSL revelou pontos de aproximação que dialogam com os objetivos desta pesquisa. Trabalhos inspirados na Educação Matemática Crítica (Skovsmose, 2000) e na Etnomatemática (D'Ambrosio, 1993) discutem práticas pedagógicas insurgentes, ainda que nem sempre sob a lente racial. Outros estudos feministas e decoloniais (hooks, 1994; Akotirene, 2018) oferecem categorias analíticas para pensar intersecções de opressão e resistência, ainda pouco exploradas no campo da Matemática.

A Torre dos Saberes Compartilhados, portanto, evidenciou que os estudos existentes são importantes, mas insuficientes. Eles indicam caminhos possíveis, mas também revelam silêncios que precisam ser enfrentados. É nesse espaço de lacunas e resistências que a presente investigação se coloca: como mais uma voz a somar-se ao coro de professoras negras que reivindicam o direito de narrar suas histórias e de inscrever seus corpos-territórios no campo da Educação Matemática.

3. AS TORRES DO CONHECIMENTO - REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa é construído como torres de sustentação do *Forte* metodológico e político que orienta o estudo. Cada torre representa um eixo fundamental para compreender as narrativas de professoras negras de Matemática e seus corpos-territórios. São elas: (1) mulheres negras na Matemática; (2) corpo-território como espaço de resistência; e (3) interseccionalidade e decolonialidade.

MULHERES NEGRAS NA MATEMÁTICA

A presença de mulheres negras na docência em Matemática é atravessada por invisibilidades históricas. O acesso tardio à escolarização formal, a exclusão dos



espaços acadêmicos e a persistência de estereótipos raciais e de gênero resultaram em baixa representatividade desse grupo no campo da Matemática. Dados do Censo Escolar (INEP, 2023) mostram que apenas 23,8% das professoras de Matemática da Educação Básica se autodeclaram negras. No Espírito Santo, esse índice cai para 18,6%, revelando um quadro ainda mais desigual.

Essa ausência não é apenas estatística: trata-se de um silenciamento epistêmico. Como defende Nilma Lino Gomes (2017), as narrativas de mulheres negras, quando valorizadas, revelam formas próprias de produzir e compartilhar saberes, questionando os padrões universais e eurocentrados que marcaram a história da educação brasileira. Para a Educação Matemática, isso significa reconhecer que práticas pedagógicas não são neutras, mas atravessadas por relações de poder que podem legitimar ou marginalizar determinados sujeitos.

CORPO-TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

O conceito de corpo-território (Miranda, 2020) constitui uma chave analítica central para este trabalho. O corpo é entendido não apenas como entidade biológica, mas como território simbólico e político, onde se inscrevem memórias, histórias de exclusão e práticas de resistência. Para professoras negras colaboradoras, incluindo da pesquisadora, o corpo em sala de aula é também um ato de insurgência: ele desafia padrões de branquitude e masculinidade que historicamente dominaram o campo da Matemática.

A reflexão de Bento (2024) sobre a *abjeção* ajuda a compreender como corpos negros foram historicamente tratados como *corpos abjetos*, relegados à margem do reconhecimento social e científico. No entanto, ao se afirmarem como sujeitos de conhecimento, essas professoras ressignificam a abjeção em resistência. Como afirma Gonzalez (2020), a corporeidade negra é também espaço de criação, ancestralidade e afirmação cultural.



Assim, o corpo-território torna-se arena pedagógica: ao ensinar Matemática, a professora negra inscreve no currículo não apenas conteúdos, mas também sua própria presença política e identitária.

INTERSECCIONALIDADE E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DECOLONIAL

A categoria da interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (1989, 2022) e aprofundada por Carla Akotirene (2018), é essencial para compreender as experiências das professoras negras na Educação Básica. Essa perspectiva evidencia como as opressões de gênero, raça e classe não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam, produzindo desigualdades específicas. Para as docentes negras de Matemática, isso significa enfrentar simultaneamente a invisibilidade racial, os estereótipos de gênero e as desigualdades socioeconômicas que marcam seus percursos formativos e profissionais.

Patricia Hill Collins (1990) contribui ao destacar que essas experiências não apenas revelam vulnerabilidades, mas também geram uma epistemologia, na qual a vivência se torna fonte legítima de saber. Essa epistemologia dialoga com a necessidade de reconhecer que ensinar e aprender Matemática nunca é neutro, mas ocorre em contextos atravessados por relações de poder.

Ao lado da interseccionalidade, esta pesquisa mobiliza a perspectiva decolonial, que questiona os fundamentos eurocentrados do currículo e da produção científica. Em sintonia com autoras como bell hooks (1994), Djamila Ribeiro (2017), Sueli Carneiro (2003), Lélia Gonzalez (2020) e Nilma Lino Gomes (2017), compreende-se que o ensino de Matemática pode tanto reproduzir exclusões quanto abrir-se para epistemologias insurgentes. A decolonialidade aqui não é apenas teórica, mas também pedagógica: significa legitimar saberes produzidos por corpos historicamente subalternizados e incluir suas experiências como parte constitutiva do processo educativo.



Nesse sentido, a Educação Matemática ganha força quando dialoga com aportes críticos já consolidados, como a Educação Matemática com viés crítico (Skovsmose, 2000) e a Etnomatemática (D'Ambrosio, 1993). Ao serem revisitadas por uma lente interseccional e decolonial, essas perspectivas permitem deslocar a o ensino da Matemática de uma posição de neutralidade universalista para uma posição situada, plural e política.

Assim, pensar a Educação Matemática sob a ótica interseccional e decolonial significa ampliar a noção de justiça curricular. Esse conceito não se limita à distribuição equitativa de conteúdo, mas envolve reconhecer quem produz o conhecimento, quais histórias e corpos são legitimados e quais são silenciados. Uma justiça curricular interseccional exige enfrentar desigualdades de raça e gênero no espaço escolar; já uma justiça curricular decolonial exige romper com epistemologias eurocentradas que naturalizam a exclusão de saberes negros, indígenas e populares.

Nesse horizonte, a Educação Matemática não pode ser vista apenas como transmissão de fórmulas e procedimentos, mas como campo de disputa simbólica e política. Propor justiça social envolvendo práticas que significa assumir um currículo contemplando a pluralidade de experiências, legitimando as narrativas das professoras negras como parte constitutiva da formação em Matemática e não como adendos marginais. É nesse gesto que se abre a possibilidade de uma Educação Matemática verdadeiramente crítica, plural e transformadora que visa evidenciar suas múltiplas dimensões que abarca diversas abordagens, assim como defende Hygor Batista Guse et al. (2023).

4. AS TORRES DO FORTE DE TODAS NÓS - METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho é inspirada na metáfora do *Forte de Todas Nós*, espaço simbólico de proteção, escuta e resistência. Cada torre desse Forte representa uma dimensão do percurso investigativo, que se ergue a partir de narrativas pessoais e coletivas. Nesse sentido, a metodologia não é apenas um conjunto de procedimentos



técnicos, mas um lugar de enunciação, coerente com a perspectiva interseccional e decolonial que orienta a pesquisa.

NARRATIVAS COMO CAMINHO METODOLÓGICO

Adotou-se a abordagem narrativa (auto)biográfica, compreendendo que contar histórias de vida é uma forma legítima de produzir conhecimento (Clandinin; Connelly, 2015; Cunha, 1997; Rios, 2016). As narrativas permitem acessar memórias, significados e resistências construídas ao longo da docência. Ao narrar, cada professora reinscreve sua trajetória no presente e projeta novos sentidos para o futuro, transformando a pesquisa em um processo de (re)existência.

Essa escolha metodológica também responde a um compromisso ético-político: legitimar vozes de mulheres negras em um campo marcado pela branquitude e pela masculinidade. Como lembra bell hooks (1994), narrar é transgredir. Assim, a opção pelas narrativas insere-se em um movimento de produção de epistemologias negras, reafirmando que a experiência é fonte de teoria e crítica.

O FORTE COMO DISPOSITIVO METODOLÓGICO

O *Forte de Todas Nós* organiza o processo investigativo em torres que se articulam como etapas interdependentes. A primeira é a Torre da Escuta, espaço de acolhimento em que a pesquisadora se coloca também como narradora e ouvinte. A escuta é entendida não como neutralidade, mas como prática política de reconhecimento da voz da outra. A segunda é a Torre da Seleção, momento em que se definem as colaboradoras e os critérios éticos. Participam professoras negras de Matemática da jurisdição da Superintendência Regional de Colatina/ES, que aceitaram voluntariamente contribuir com a pesquisa. Os critérios de exclusão são claros: não se incluem docentes que não atendam ao perfil estabelecido ou que desistam em qualquer etapa do processo, sem prejuízo acadêmico. Por fim, a Torre da Análise constitui o espaço de interpretação crítica, em que as narrativas serão compreendidas à luz do referencial interseccional e



decolonial, buscando evidenciar como os corpos-territórios das professoras se inscrevem no ensino da Matemática, produzindo práticas insurgentes.

INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS E PERSPECTIVA ANALÍTICA

O principal instrumento de coleta é a escrita de cartas pelas colaboradoras. As cartas, compreendidas como gênero autobiográfico, oferecem liberdade narrativa e rompem com a lógica da entrevista estruturada, reafirmando a autoria das docentes sobre suas próprias histórias. A escrita epistolar, nesse contexto, é também um gesto político, que combina memória, afeto e reflexão crítica.

Complementando, foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), apresentada na *Torre dos Saberes Compartilhados*, que mapeou 256 trabalhos, dos quais 21 foram analisados em profundidade. Essa revisão sustenta a relevância da pesquisa, ao evidenciar as lacunas na produção científica sobre professoras negras na Educação Matemática.

No momento, a investigação encontra-se em fase de coleta das narrativas, etapa que será seguida pela organização e análise do material. Todo o processo respeita as orientações éticas da pesquisa com seres humanos, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Importa destacar que a pesquisadora se desloca até a unidade escolar das colaboradoras, assumindo integralmente os custos, de modo a não gerar ônus para as participantes.

Assumir a interseccionalidade como perspectiva metodológica significa reconhecer que as narrativas não podem ser lidas de forma isolada, mas a partir das múltiplas opressões que atravessam as docentes: racismo, sexismo e desigualdade de classe. Já o olhar decolonial implica questionar a centralidade de epistemologias eurocentradas e afirmar a legitimidade das narrativas como teoria situada. O Forte de Todas Nós, portanto, não é apenas uma metáfora poética, mas um dispositivo metodológico que articula memória, identidade e crítica social. Ele simboliza que a pesquisa é feita **com** e não apenas **sobre** as professoras, em um movimento de construção coletiva de saberes insurgentes.



5. A TORRE DA CRIAÇÃO – PRODUTO EDUCACIONAL

A pesquisa, por estar vinculada a um mestrado profissional, não se limita à produção de conhecimento acadêmico, mas também se compromete em gerar um produto educacional que dialogue com a prática docente e com a formação das professoras. Esse produto é concebido como a *Torre da Criação do Forte de Todas Nós*, lugar em que as narrativas e reflexões se transformam em recurso pedagógico para circulação e uso em diferentes contextos educativos.

O produto resultante será um e-book intitulado *Um Forte Não-Eurocentrado para Chamar de Nosso: Narrativas de Professoras Negras de Matemática e Possibilidades Interseccionais e Decoloniais*. Mais do que uma coletânea de textos, o e-book é concebido como espaço formativo e comunicacional, orientado pelos três eixos metodológicos propostos por Mario Kaplún (1997). No eixo pedagógico, que corresponde ao conteúdo, o foco está em dar centralidade às narrativas das professoras negras de Matemática, compreendendo que suas trajetórias, desafios e resistências não são apenas experiências individuais, mas expressões de processos sociais e históricos mais amplos. O que se pretende comunicar, portanto, é que a Educação Matemática, atravessada por desigualdades raciais e de gênero, precisa reconhecer esses corpos-territórios como legítimos produtores de conhecimento.

O eixo conceitual refere-se à forma, isto é, ao modo como se pretende comunicar esse conteúdo. Nesse sentido, o e-book será estruturado de maneira dialógica e dinâmica, reunindo cartas das colaboradoras, reflexões teóricas e propostas pedagógicas que se intercalam com recursos visuais e caixas de curiosidade. A escolha dessa forma não é neutra: ao abandonar a linearidade de um texto estritamente acadêmico, o material busca se aproximar da linguagem comunicacional defendida por Kaplún, em que a forma também educa, instiga e convida à reflexão crítica.



Já o eixo comunicacional diz respeito à relação que o material estabelece com o leitor. O e-book é pensado não como produto unilateral, mas como recurso dialógico, que provoca interação e participação ativa. Para isso, serão incorporados elementos que estimulam o leitor a refletir sobre sua própria prática, como perguntas disparadoras, atividades de autoavaliação e possibilidade de criar metodologias ativas como QR code que dão acesso a trechos em áudio ou vídeo das narrativas das professoras. Dessa maneira, o leitor é convidado não apenas a consumir informações, mas a construir sentidos e significados a partir do encontro com as histórias e reflexões apresentadas.

Assim, ao se orientar pelos três eixos metodológicos de Kaplún, o e-book se consolida como um instrumento pedagógico, teórico e comunicacional, coerente com a perspectiva interseccional e decolonial que guia a pesquisa. Mais do que material didático, ele se configura como um registro de memória e resistência, reafirmando que ensinar Matemática é também disputar narrativas, legitimar saberes subalternizados e construir coletivamente possibilidades fortalecendo a rede de resistência e criação pedagógica.

6. A TORRE DO AMANHÃ: CONSIDERAÇÕES RELEVANTES, NUNCA FINAIS

A pesquisa que aqui se delinea não se encerra em si mesma, pois carrega em seu corpo e em sua metodologia a marca da travessia. Ao longo do percurso, buscou-se compreender como as narrativas das professoras negras de Matemática revelam trajetórias atravessadas por opressões, mas também por resistências e criações pedagógicas potentes. Mais do que dados ou resultados, o que emerge são memórias, corpos-territórios e histórias que insistem em se inscrever em um campo tradicionalmente marcado pela branquitude e pelo universalismo.

As reflexões apresentadas reafirmam que a Educação Matemática não pode ser pensada de forma neutra ou desvinculada das relações sociais. A lente interseccional e decolonial mostrou-se fundamental para evidenciar as desigualdades, mas também para



construir alternativas. Ao considerar o corpo-território como lugar de saber e ao reconhecer o valor epistemológico das narrativas, a pesquisa se inscreve em uma tradição que recusa o silenciamento e aposta na pluralidade de vozes.

O produto educacional, concebido na forma do e-book *Um Forte Não-Eurocentrado para Chamar de Nosso*, representa a materialização desse compromisso. Ele é ao mesmo tempo registro de memória e ferramenta pedagógica, pensado para provocar diálogo, formar consciências e inspirar práticas docentes mais críticas e inclusivas. Ao seguir os princípios de Kaplún (1997), estruturando-se em torno dos eixos pedagógico, conceitual e comunicacional, o e-book busca romper com a lógica bancária de transmissão e se constituir como recurso dialógico e transformador.

Entretanto, é importante lembrar que esta pesquisa se encontra em movimento: os resultados e discussões finais ainda serão construídos a partir da análise das narrativas que estão sendo coletadas. Nesse sentido, o trabalho não é ponto de chegada, mas um marco no caminho, abrindo possibilidades para outras pesquisas e práticas que deem continuidade à luta pela justiça curricular na Educação Matemática.

Por isso, estas considerações não são finais. São convites: à escuta das vozes silenciadas, à revisão dos currículos, à construção de práticas pedagógicas insurgentes. Convidam a pensar a Matemática não apenas como linguagem universal, mas como campo permeado por corpos, histórias e resistências. Convidam, enfim, a sonhar e construir coletivamente um amanhã em que ensinar Matemática seja também um ato de libertação.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

BENTO, Berenice. Entrevista feita por Patricia Fachin a revista IHU|27 de junho de 2024. *A herança colonial e escravocrata constitui o racismo no Brasil*. Entrevista especial com Berenice Bento. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/640777>.

BENTO, Berenice. *Abjeção: a construção histórica do racismo*. São Paulo: Cult Editora: 2024.



BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)*. Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Trad.: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU - Uberlândia: Edufu, 2000, 2015.

CORDEIRO, Robson Vinicius; ALTOÉ, Renan Oliveira. *Fatores comunicacionais para elaboração de produtos/processos educativos em Programas Profissionais de Pós-graduação na área de Ensino/Educação em Ciências e Matemática: reflexões emergentes e em movimento*. Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, v. 17, n. 39, p. 253-270, dez. 2021. ISSN 23175125. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/11627>>. Acesso em: 30 maio 2025. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/amazrecm.v17i39.11627>.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. *Desmarginalizando a interseção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista*. Fórum Jurídico da Universidade de Chicago, n. 140, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, 10 (1): 171-188, 2002.

CUNHA, Maria Izabel da. *Conta-Me Agora!:* As Narrativas como Alternativa Pedagógica na Pesquisa e no Ensino. Revista da Faculdade de Educação, v. 23, n. 1 – 2, p. 185 – 195, jan. 1997.

D’AMBRÓSIO, Ubiratan. *Etnomatemática: um programa*. Educação Matemática em Revista, v. 1, n. 1, p. 5-11, 1993.

D’AMBRÓSIO, Ubiratan. *D’Ambrosio entrevista Paulo Freire*. 1996. Disponível em: <nonio.fc.ul.pt/rvcc/matematica/entrevista.doc>. Acesso em: fev. 2025.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar. Acesso em: fev. 2025, 2020.

GUSE, Batista, Hygor. ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. SILVA, Glauber. *Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e a necessária articulação com formação de professorias que ensinam matemática*. Boletim GEPPEM, [S. l.], n. 83, p. 265–286, 2023. DOI: 10.4322/gepem.2023.021. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/gepem/article/view/857>. Acesso em: fev. 2025.



HOOKS, bell. *Teaching To Transgress* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203700280>, 1994.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KAPLÚN, Mario. *Material Educativo: a experiência do aprendizado*. Comunicação e Educação, São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 21 abr. 2025.

KEELE, Staffs. (2007) *Diretrizes para a realização de revisões sistemáticas de literatura em engenharia de software*. Relatório técnico, EBSE Relatório técnico EBSE-2007-01, 1-57.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. *Corpo-território & educação decolonial: Proposições afro-brasileiras na invenção da docência*. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <http://proex.uefs.br/arquivos/File/EBOOKcorpoterritorioeducacaodecolonialrepositorio.pdf>.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. 2014.

MUNANGA, Kabengele. *O mundo e a diversidade: questões em debate* (2022). Estudos Avançados, São Paulo, 2022. DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36105.

MUNANGA, Kabengele, *entrevista feita por Gabriela Moncau a Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 18 de dezembro de 2022 às 13:29*.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento / Justificando, 2017.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. *Narrativas de experiências pedagógicas: territórios de (re)existências na formação docente*. Rutas de formación: prácticas y experiencias, n. 11, p. 15-24. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.23850/24631388.n11.2020.3809> Acesso em: 5 maio 2021.

SKOVSMOSE, Ole. (2000). *Cenários para investigação*. Bolema, 13(14), 66-91, 2000.